



## Padrões de Cooperação Sul-Sul: Brasil e Países Africanos (2003-2010)<sup>1</sup>

1. Este artigo foi produzido a partir da tese de doutorado de Pedro Andrade Matos, orientada por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Junho Anastasia. Intitulada "Nunca antes na História deste País". A Cooperação Brasileira (2003-2010) com África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde.

*Patterns of South-South Cooperation: Brazil and African Countries (2003-2010)*

*Patrones de Cooperación Sur-Sur: Brasil y Países Africanos (2003-2010)*

2. E-mail: matooscv@hotmail.com  
3. E-mail: fatima.anastasia@gmail.com

Pedro Andrade<sup>2</sup>  
Fátima Anastasia<sup>3</sup>

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2022v10.n1.p74

Recebido em: 29 de outubro de 2020  
Aprovado em: 03 de novembro de 2021

### RESUMO

Este artigo visa analisar os efeitos combinados de variáveis dos níveis internacional (inserção internacional) e doméstico (regime político) nos padrões de cooperação mantidos entre Brasil e África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O recorte temporal escolhido se justifica pelo interesse em analisar a cooperação entre Brasil e países africanos em um contexto no qual o Brasil se constituiu como um global player. Diferentes padrões de cooperação são definidos por referência às combinações entre: a) maior ou menor propensão a cooperar; b) predominância de uma dada dimensão da cooperação (política; econômica; financeira; técnica ou científica e tecnológica) e c) determinada forma de articulação cooperativa (bloc-type, issue-based, and support). A análise do fenômeno segue orientações do método comparativo transversal. Conclui-se que a cooperação entre middle powers (Brasil-África do Sul/ e Brasil-Nigéria) é intensa em dimensões mais complexas, como ciência e tecnologia, assume a forma de articulação cooperativa bloc-type e, na presença de uma diáde democrática (Brasil-África do Sul), é ampliada para temas como direitos humanos e meio ambiente. A cooperação entre middle powers e small powers (Brasil-Cabo Verde/ e Brasil-Angola) se concentra em dimensões menos complexas (comércio, cooperação técnica), organiza-se nas formas issue-based e/ou support, mas pode ser ampliada na presença de uma diáde democrática (Brasil-Cabo Verde).

**Palavras-chave:** Brasil. Cooperação Sul-Sul. Governo Lula. Níveis de Análise. Países Africanos.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the combined effects of variables at the international (international insertion) and domestic (political regime) levels in the cooperation patterns sustained among Brazil and South Africa, Nigeria, Angola and Cape Verde, during the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). The chosen time

frame is justified by the interest in analyzing cooperation between Brazil and each African country in which Brazil has become a global player. Different patterns of cooperation are defined according to: a) greater or lesser propensity to cooperate; b) predominance of a given dimension of cooperation (political; economic; financial; technical or scientific and technological) and c) certain forms of cooperative articulation (bloc-type, issue-based, and support). The analysis of the phenomenon follows the guidelines of the cross-sectional comparative method. It is concluded that the cooperation between middle powers (Brazil-South Africa / and Brazil-Nigeria) is intense in more complex dimensions, such as science and technology, takes the form of bloc-type cooperative articulation, and is extended to themes such as human rights and the environment in the presence of a democratic dyad (Brazil-South Africa). The cooperation between a middle power and a small power (Brazil-Cape Verde / and Brazil-Angola) is concentrated in less complex dimensions (trade, technical cooperation), is organized in the issue-based and/or support forms, but can be expanded in presence of a democratic dyad (Brazil-Cape Verde).

**Keywords:** Brazil. South-South Cooperation. Lula Government. Levels of Analysis. African Countries.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los efectos combinados de variables a nivel internacional (inserción internacional) y doméstico (régimen político) en los patrones de cooperación mantenidos entre Brasil y Sudáfrica, Nigeria, Angola y Cabo Verde, durante el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). El período elegido se justifica por el interés de analizar la cooperación entre Brasil y los países africanos en un contexto en el que Brasil se ha convertido en un actor global. Los diferentes patrones de cooperación se definen por referencia a la combinación de: a) mayor o menor propensión a cooperar; b) predominio de una determinada dimensión de la cooperación (política; económica; financiera; técnica o científica y tecnológica) y c) determinadas formas de articulación cooperativa (tipo bloque, temática y de apoyo). El análisis del fenómeno se realiza mediante el método comparativo transversal. Se concluye que la cooperación entre potencias medias (Brasil-Sudáfrica / y Brasil-Nigeria) es intensa en dimensiones más complejas, como la ciencia y la tecnología, toma la forma de articulación cooperativa tipo bloque y se extiende a temas como los derechos humanos y el medio ambiente en presencia de una diada democrática (Brasil-Sudáfrica). La cooperación entre potencias medias y pequeñas (Brasil-Cabo Verde / y Brasil-Angola) se centra en dimensiones menos complejas (comercio, cooperación técnica), se organiza en las formas temáticas y/o de apoyo, pero se puede ampliar en presencia de una diada democrática (Brasil-Cabo Verde).

**Palabras clave:** Brasil. Cooperación Sur-Sur. Gobierno Lula. Niveles de análisis. Países africanos.

## INTRODUÇÃO

Quais são os efeitos combinados de variáveis dos níveis internacional e doméstico de países africanos nos padrões de cooperação mantidos com o Brasil, durante o governo Lula da Silva (2003-2010)? Padrões de cooperação englobam três aspectos: 1) Propensão a cooperar, referida aos atributos credibilidade e flexibilidade (LEEDS, 1999); 2) Dimensão de cooperação predominante (se técnica, política, econômica, etc.); e 3) formas de articulação cooperativa: coalizão (bloc-type ou issue-base) e apoio.

Esta investigação refere-se aos ajustes realizados na política externa brasileira, durante o governo Lula, ao definir a Cooperação Sul - Sul (CSS) como uma nova perspectiva das relações externas brasileiras com os paí-

ses africanos. A literatura especializada analisa os resultados da política externa brasileira para os países africanos pelo prisma de variáveis domésticas brasileiras. Ou seja, poucos apontamentos são direcionados às condições específicas dos países africanos e seus impactos sobre a cooperação.

O objetivo deste trabalho é explorar e analisar a natureza da cooperação entre Brasil e quatro países africanos e suas variações, a depender da combinação de fatores domésticos e sistêmicos relativos aos países africanos sob exame: África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde, mobilizando o método comparativo transversal.

Os contextos da política externa brasileira e dos países africanos, no período sob análise (2002-2010) diferem bastante dos contextos atuais vigentes nesses mesmos países. Entretanto, o interesse nesse recorte temporal se justifica pelo intuito de entender aspectos da CSS quando o Brasil se constituiu como um global player.

O artigo encontra-se dividido em três seções, ademais desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta as variáveis explicativas deste estudo — regime político doméstico e posição do país no nível internacional — e caracteriza os países em tela relativamente a tais aspectos. A segunda seção apresenta e operacionaliza a variável a ser explicada — padrões de cooperação sul-sul (CSS) — considerando três parâmetros: propensão a cooperar; dimensão de cooperação predominante e formas de articulação cooperativa. A terceira seção analisa as variações observadas na cooperação entre as díades examinadas, a depender dos impactos produzidos sobre os padrões de CSS pela combinação dos regimes políticos domésticos e da inserção internacional dos países investigados.

#### A INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS DOS NÍVEIS INTERNACIONAL E DOMÉSTICO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....

Nas relações internacionais, a cooperação se apresenta como instrumento importante de política externa (HILL, 2003), especialmente no ambiente atual, marcado por interdependência complexa (KEOHANE, 1984), em que o ganho de um Estado é resultado da coordenação entre suas escolhas e as escolhas de outros Estados. A cooperação acontece, portanto, quando os atores modelam suas condutas de acordo com as preferências dos demais, em um “processo de coordenação de políticas”. (KEOHANE, 1984, p. 51-52).

Em que pesem as complexas relações entre os países do Sul, objetos desta investigação, heterogêneos em termos econômicos, sociais, políticos e culturais (LEITE, 2012), esta definição contribui para examinar o processo cooperativo entre diferentes atores em qualquer ambiente. Elementos como “ajustes de preferência”, “interesses complementares” e “coordenação de políticas” revelam a complexidade da cooperação e a necessidade da consideração de diversos fatores e níveis de análise.

Em sentido amplo, a CSS corresponde ao processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento se unem para contribuir no desenvolvimento individual e coletivo (AYLLÓN, 2006). Ela pode ser apresentada como “um processo, instituições e acordos desenhados a promover a cooperação política, econômica e técnica, entre países em desenvolvimento na busca de objetivos comuns” (UNCTAD, 2010).

A cooperação é um fenômeno multifacetado. Segundo Leeds (1999), a combinação de fatores políticos domésticos e internacionais, durante o processo de negociação, revela muito mais sobre a cooperação internacional do que o exame de um dos níveis isoladamente, o que fundamenta a escolha deste modelo de análise para informar a pesquisa em tela. Putnam (1988) propõe os jogos em dois níveis para estudar a diplomacia e as políticas domésticas. No nível doméstico, os grupos de interesses pressionam o governo a adotar políticas favoráveis e, no internacional, governos maximizam suas capacidades para satisfazer as pressões domésticas.

Outro conceito nuclear deste artigo é o de regime político doméstico, dados seus impactos sobre os padrões de cooperação entre os países estudados. As instituições políticas domésticas limitam as opções disponíveis aos tomadores de decisão e incidem sobre “os custos e os benefícios que os líderes obterão de diferentes ações da política externa” (LEEDS, 1999, p. 997). De fato, a ratificação doméstica é essencial para os acordos internacionais (MILNER, 1992), principalmente quando envolvem assuntos distributivos no âmbito de democracias representativas.

Regimes políticos domésticos podem ser democracias ou autocracias (SARTORI, 1994). A poliarquia refere-se às características de democracias *no mundo real* e engloba oito requisitos (DAHL, 2005, p. 27), que serão utilizados como parâmetros para a análise em tela. A autocracia pode ser definida por oposição à democracia: “a democracia é *não autocracia*” (SARTORI, 1994, p. 277).

Segundo Leeds (1999), democracias são mais propensas a cooperar entre si. (LEEDS, 1999; SIMMONS, 1998). Por este motivo, nesta investigação, foram selecionadas duas democracias (África do Sul e Cabo Verde) e duas autocracias (Angola e Nigéria), para analisar a cooperação com o Brasil, uma democracia. Os dados e os relatórios que informam a classificação dos regimes políticos dos países sob investigação são provenientes da literatura especializada e da *Freedom House*, que utiliza uma escala de 1 a 7, sendo que 1 representa o país mais livre e 7 o menos livre, por meio das categorias: Direitos Políticos (DP), Liberdades Cívicas (LC) e Liberdade de Imprensa (LI).

O exame da literatura e dos dados (ver banco de dados) permite afirmar que Cabo Verde e África do Sul são poliarquias que se destacam pela eleição democrática sucessiva de líderes políticos e criação de instituições políticas garantidoras dos direitos dos cidadãos. Nesses países, as liberdades e os direitos estão inscritos em suas Constituições (Cabo Verde, 1992 e África do Sul, 1996) e são respeitados pelos seus respectivos governos, embora persistam desafios para a consolidação da democracia. Nigéria e Angola, diferentemente de África do Sul e Cabo Verde, apresentam desempenhos autocráticos em todas as categorias.

Segundo Leeds (1999), uma díade composta de duas democracias (Brasil e África do Sul /Brasil e Cabo Verde) “é comparativamente mais propensa a cooperar (...) do que outros tipos de díade”. Ademais, uma “díade composta por duas autocracias exhibe maior propensão a cooperar do que (outra) díade composta de uma autocracia e uma democracia. (Brasil e Angola/ Brasil e Nigéria)” (LEEDS, 1999, p. 997, tradução nossa). No âmbito desta investigação, espera-se, portanto, que os Estados com instituições políticas domésticas semelhantes sejam mais propensos a cooperar do que aqueles que integram díades mistas (LEEDS, 1999).

Interessa, ainda, a este trabalho, analisar as posições dos países no nível internacional, considerando que o tipo de regime político se combina com as variações em tais posições apresentadas pelos países. O regime político afeta, especialmente, o comportamento dos *middle powers*, potências que desempenham funções de intermediação, conciliação, criação de coalizões e de pontes entre países e influenciam a configuração das instituições multilaterais e das organizações internacionais (BURGES, 2013).

*Middle powers* são, também, propositores de novos princípios, como o Brasil, Índia e África do Sul, que apresentaram o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RWP) em adição ao conceito de Responsabilidade para Proteger (R2P), nas intervenções internacionais. Sua proeminência no sistema internacional é resultado de articulações políticas entre países com interesses similares. África do Sul e Nigéria são consideradas *middle powers* por serem as maiores economias do continente, em termos do Produto Interno Bruto: 365,2 bilhões e 369,1 bilhões, respectivamente (2010), e por apresentarem despesas militares altas, sendo que a Nigéria se sobressai comparativamente à África do Sul no tamanho da economia e no efetivo das forças armadas. A África do Sul, com o fim do apartheid (1994), passou a exercer uma liderança moral, em virtude da reconciliação nacional, promoção dos valores morais e democráticos e proteção dos direitos humanos (DARBON, 2009), como forma de o país reparar a dívida com a comunidade internacional, referente a abusos de direitos humanos cometidos pelo regime segregacionista. O país transformou-se em um ator relevante no processo de negociação política e na mediação de conflitos na região, exibindo comportamento de um *middle power* e um poder regional.

O regime político desses países impactou suas ações externas, desembocando em diferentes envolvimento no nível regional, continental e internacional. Na Nigéria, o regime ditatorial dificultou a obtenção de legitimidade regional e internacional do país (BROWN, 2013). No caso sul-africano, a transição do apartheid para uma democracia constitucional consubstanciou uma reintegração exitosa do país nos assuntos internacionais.

Cabo Verde possui menor gasto e efetivo militar e poucos recursos, comparativamente aos demais países investigados (WORLD BANK, 2016). O ambiente internacional se apresentou, portanto, como um espaço interessante para a obtenção de recursos financeiros e a realização de parcerias estratégicas ao desenvolvimento nacional (COSTA; PINTO, 2014). No caso angolano, as ajudas oficiais não constituíram fonte principal para o desenvolvimento, mas, sim, o petróleo, que passou a ser estratégico para a sustentação do poder político do governo de José Eduardo dos Santos (SOGGE, 2009).

Angola e Cabo Verde participam, em menor número, de grupos de países e fóruns internacionais e não participam de grupos influentes no nível sistêmico, embora desempenhem ações relevantes no âmbito regional. Angola tem uma presença regional maior que a de Cabo Verde, com destaques à participação na segurança e manutenção da paz na SADC, CEEAC, Comissão do Golfo da Guiné e na CPLP (FIALHO, 2014; SOGGE, 2009; COSTA; PINTO, 2014)

Para Cabo Verde, os esforços em criar e manter um governo democrático e as respectivas instituições políticas democráticas culminaram no aumento de ajudas externas e na diversificação da parceria, es-

pecialmente com a União Europeia, pois havia uma exigência aos países demandantes da cooperação, no sentido de “dar confiança aos parceiros de desenvolvimento, com uma gestão de rigor e transparência” (CABO VERDE, 2001, p. 43-44).

Em Angola, os recursos minerais e a presença de empresas estrangeiras próximas ao núcleo político decisório influenciaram a criação de uma “diplomacia privada” do regime do MPLA, que garante um sistema de favorecimento e distribuição de cargos às pessoas-chave do governo e do partido (ROQUE, 2013).

Argumenta-se, aqui, que o comportamento internacional de cada país é impactado por seu regime político doméstico. Países autocráticos buscam inserção internacional pela mobilização de suas *capabilities* militares e econômicas. Países democráticos procuram se inserir via combinação de *capabilities* e comportamento, no caso de *middle power* (África do Sul), ou exclusivamente pelo comportamento, no caso de *small power* (Cabo Verde). Na verdade, a inclusão de variáveis domésticas, como subsídio à interpretação da inserção internacional dos países, mostra-se relevante, na medida em que relaciona o comportamento no nível internacional ao regime político doméstico (MATOS, 2017).

*Middle powers* que possuem *capabilities* e são autocráticos enfrentam dificuldades para se posicionar via comportamento ante a comunidade internacional. Já detentores de *capabilities* e democracias encontram maiores margens de manobras no sistema e conseguem influenciar maior número de decisões no nível internacional. *Small powers* se ajustam à dinâmica desse sistema e às oportunidades dele advindas, em conformidade com o tipo de regime político doméstico. Ou seja, se é um país com recursos naturais e minerais abundantes, e que apresenta regime autocrático, a prioridade é a inserção internacional via exploração desses recursos.

Na falta dos recursos, a inserção internacional será pautada pela demonstração de um compromisso com as normas internacionais e o cumprimento dos critérios, para satisfazer os termos da ajuda e da cooperação internacional, sendo esse compromisso reflexo do regime político democrático. Por fim, países que não dispõem de recursos para o desenvolvimento nacional e possuem regimes políticos autocráticos, normalmente não contam com estruturas mínimas e instituições políticas capazes de operar as principais dimensões da cooperação.

#### OS PADRÕES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL .....

O que se quer explicar, neste artigo, são as variações nos padrões de cooperação sul-sul entre Brasil e 4 países africanos, escolhidos a partir de variações nos seus regimes políticos (2 democracias e duas autocracias) e em suas inserções internacionais (2 *middle powers* e 2 *small powers*).

Os padrões de CSS, variável a ser explicada, foram, aqui, operacionalizados por referência a três parâmetros: propensão a cooperar; dimensão da CSS e forma de articulação cooperativa. A escolha de tais parâmetros obedeceu a critérios referidos às capacidades (*capabilities* e comportamento) dos *middle powers* de estabelecerem entre si relações em dimensões complexas (cooperação política, científica e tecnológica) e for-

jar arranjos cooperativos no nível regional e internacional que possibilitem o desenvolvimento de capacidades nacionais dos *small powers*, através de cooperação bilateral na dimensão técnica, financeira e outras. Outro o critério relevante corresponde à coordenação de forças, no âmbito bilateral e multilateral, com o fito de aumentar a participação e a influência dos países nas negociações multilaterais e na agenda global (COOPER; MO, 2013; CARR, 2013; HURRELL; SENGUPTA, 2012; MAWDSLEY, 2012).

O primeiro parâmetro, a propensão a cooperar, já foi introduzido na seção anterior, dada a sua estreita relação com o tipo de regime político doméstico, como afirmado por Leeds (1999). Ademais das variações relativas à magnitude da disposição cooperativa, a autora apresenta, também, importantes variações a serem observadas, relacionadas à natureza da cooperação e de seus resultados: se compromissos mais críveis e *accountable*, na presença de díades formadas por países democráticos ou se mais flexíveis, em díades compostas por um ou dois países autocráticos.

Regimes políticos impactam a cooperação bilateral no que se refere à *accountability* (capacidade dos chefes de Estado em assumir compromissos críveis), à flexibilidade (relacionada aos custos de deserção unilateral) e aos *checks and balances*. Tais atributos afetam as capacidades dos Estados em realizar negociações internacionais. Nesse sentido, “os compromissos dos líderes democráticos são mais suscetíveis de serem críveis [...]. Enquanto Estados autocráticos tendem a ser caracterizados por maior flexibilidade na formulação política e por baixos níveis de restrições internas” (LEEDS, 1999, p. 980, tradução nossa).

O segundo parâmetro escolhido para operacionalizar os padrões de CSS refere-se às dimensões da Cooperação Sul-Sul (vide o quadro 1), que constituem aspectos relevantes para esta investigação, tendo em vista os ajustes que o governo Lula realizou na política externa brasileira, ao definir e explorar a CSS como uma nova perspectiva das relações internacionais do Brasil (HIRST, 2012; LEITE et al. 2015; BURGESS, 2013; ZIMMERMANN, SMITH, 2011).

A literatura especializada dedica-se, geralmente, a explorar alguma dimensão específica da CSS. Não foram encontrados estudos que apresentassem uma tipologia de tais dimensões, o que se buscou construir no âmbito desta investigação, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões da Cooperação Sul-Sul elencadas pela literatura

Dimensões		Indicadores/critérios
Política		Coalizão e apoio (HIRST, 2012; CAMPOS 2011)
Econômica		Promoção comercial, liberalização do setor de exportação, integração econômica (RENGIFO, 1999; AYLLÓN, 2006)
Financeira	Reembolsável	Linhas de financiamento, empréstimos concessionais, crédito à exportação, apoio à balança de pagamentos (RENGIFO, 1999; AYLLÓN, 2006)
	Não reembolsável	Perdão de dívida, doações de crédito (RENGIFO, 1999; AYLLÓN, 2006)
Técnica		Ações formativas, assessoria, treinamento, consultoria técnica, capacitação humana e institucional, elaboração de material bibliográfico, aquisição de equipamentos (AYLLÓN, 2012; IGLESIAS PUENTE, 2010)
Científica e Tecnológica		Transferência e desenvolvimento de tecnologia, intercâmbio científico, bolsas de estudo, atividades formativas (AYLLÓN, 2012; IGLESIAS PUENTE, 2010)

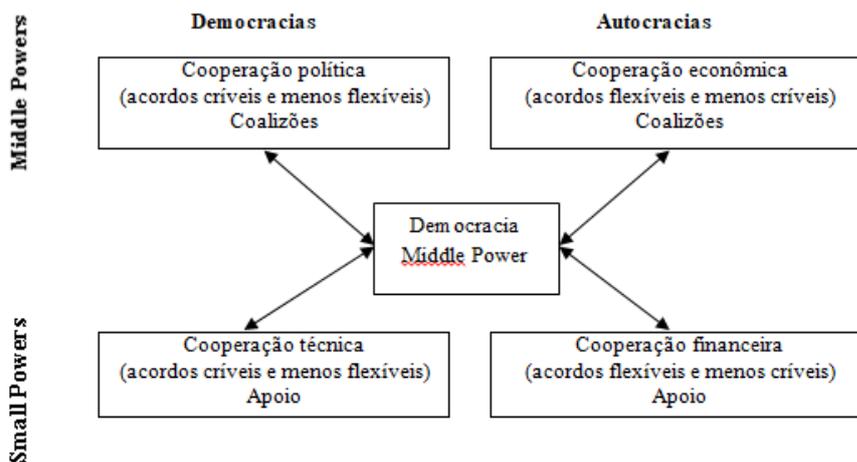
Fonte: Matos, 2017

A partir de tal tipologia, este artigo analisa as diferentes dimensões da Cooperação Sul-Sul empreendidas pelo Brasil e seus parceiros africanos. Pretende-se, principalmente, assinalar qual é a dimensão predominante para cada díade estudada.

O terceiro parâmetro mobilizado para a operacionalização dos padrões de CSS refere-se à articulação política e à intensidade cooperativa. Além da dimensão política discutida anteriormente, a política externa do governo Lula priorizou articulações políticas com países africanos, de maneira geral, com os objetivos de ocupar espaços de negociações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, e de auxiliar no crescimento econômico e no desenvolvimento nacional.

A Figura 1, abaixo, apresenta o modelo analítico da presente investigação.

Figura 1 - Modelo Analítico



Fonte: Matos, 2017

A partir do exame da literatura especializada, este trabalho hipotiza que os efeitos combinados das posições dos países africanos no nível internacional e de seus regimes políticos impactam os padrões de cooperação entre tais países e o Brasil. Assim sendo, se cooperação entre:

1. *Middle powers* e democracias (Brasil-África do Sul): espera-se maior propensão a acordos mais críveis e menos flexíveis, o estabelecimento de cooperação política como dimensão predominante e articulação cooperativa tipo *bloc-type*.
2. *Middle power* e democracia com *middle power* e autocracia (Brasil-Nigéria): espera-se maior propensão a acordos menos críveis e mais flexíveis, o estabelecimento de cooperação econômica como dimensão predominante e articulação cooperativa tipo *issue-based*.
3. *Middle power* e democracia com *small power* e democracia (Brasil-Cabo Verde): espera-se maior propensão a acordos mais críveis e menos flexíveis, o estabelecimento de cooperação técnica como dimensão predominante, e articulação cooperativa tipo apoio político nos fóruns multilaterais e nas instituições internacionais.

4. *Middle power* e democracia com *small power* e autocracia (Brasil-Angola): espera-se maior propensão a acordos menos críveis e mais flexíveis, o estabelecimento de cooperação financeira como dimensão predominante e articulação cooperativa tipo apoio nos fóruns multilaterais e nas instituições internacionais.

### III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os diferentes padrões de cooperação encontrados resultam dos efeitos combinados de variáveis domésticas e internacionais. As hipóteses 1 e 3 apontam que acordos firmados entre duas democracias têm probabilidade de serem mais críveis e menos flexíveis. Seu teste empírico foi realizado por meio da análise da cooperação entre Brasil-África do Sul e Brasil-Cabo Verde (democracias). De igual modo, as hipóteses 2 e 4 afirmam que acordos firmados entre díades mistas (democracia x autocracia) têm probabilidade de serem mais flexíveis e menos críveis; neste viés foram analisados acordos entre Brasil (democracia) e Nigéria e Angola (autocracias).

As hipóteses apontam que a relação entre *middle powers* e democracias desemboca em coalizões direcionadas a temas sensíveis, como os direitos humanos, e mais complexos, como ciência e tecnologia, enquanto a relação entre *middle power*/ democracia e *middle power*/autocracia resulta em coalizões mais flexíveis em torno de temas menos sensíveis, como comércio e finanças e *issue based*. Igualmente, a cooperação entre *middle power*/democracia e *small power* (democrático e autocrático) resulta em apoios relevantes em distintos temas.

#### III.1. Regime político, Inserção internacional e propensão a cooperar

A intensa cooperação entre Brasil e África do Sul, no período, as-sentou-se na semelhança de seus regimes políticos. Algumas redes de *advocacy* na política externa compartilham normas e valores (democracia e direitos humanos). Essas *advocacies* são capazes de gerar confiança e construir solidariedade entre os seus membros (FLEMES; SARAIVA, 2014; ISMAIL, 2012). Brasil e África do Sul envolveram-se em grandes questões mundiais, como as negociações sobre o clima e a intermediação de conflitos, e conseguiram desenvolver políticas sociais com resultados relevantes, influenciando a conjuntura política e econômica internacional. O Presidente Lula entendia que, com a África do Sul:

Vamos [Brasil e África do Sul] movendo o centro de gravidade da economia mundial [...] Na OMC atuamos lado a lado para corrigir distorções inadmissíveis do comércio agrícola mundial. [...] Iremos provar em Copenhague que preservação ambiental e desenvolvimento são compatíveis [...] O Fórum Índia-Brasil-África do Sul é a face mais visível de nossa cooperação. A ajuda trilateral a países carentes é nossa resposta ao desafio de aprofundar as relações Sul-Sul (SILVA, 2009).

A combinação de potência média com regime político democrático, aliada à influência regional, permite ao Brasil e à África do Sul “transitarem” entre os dois extremos da configuração de poder no sistema internacional: de um lado, o *super* e os *great powers* e do outro, os *small powers* (BURGES, 2013).

A posição intermediária lhes confere algumas vantagens. A África do Sul ganhou reconhecimento de grandes potências e ingressou em mais grupos de países influentes na ordem internacional, como o BRICS. O Brasil passou “a) a controlar o fluxo da interação política e ideacional entre o Norte e o Sul; b) a exigir um “pedágio” para o tráfico nos dois sentidos; e c) a ser indispensável ao sistema internacional, porque é visto como uma ponte entre as tradicionais e as atuais potências” (BURGES, 2013, p. 578).

Em virtude da promoção e da proteção dos direitos humanos, África do Sul e Brasil eram, à época, grandes contribuintes nos debates do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os referidos países chamaram a atenção para a necessidade da cooperação da comunidade internacional, especificamente à proteção dos direitos humanos, e criticaram o excessivo uso da força física nas intervenções externas.

De acordo com Leeds (1999), nas democracias, por garantirem mais chances de acordos críveis, a probabilidade de comportamento oportunista é baixa, relativamente à cooperação em díade mista. Realmente, o mecanismo de *accountability* democrático pode travar a influência de interesses especiais no governo para a realização de cooperação internacional. Ademais, o efeito de *accountability* democrático, em díade composta por duas democracias, permite a internalização dos resultados da cooperação internacional, muito mais do que em díade composta por uma democracia e uma autocracia. Isso se verificava, no período analisado, na cooperação internacional entre Cabo Verde e o Brasil e com outros parceiros, o que contribuía para a melhoria de alguns setores do país. O aproveitamento relativamente eficiente dessa cooperação, por parte do país, permitia ao governo brasileiro demonstrar à sociedade brasileira como os recursos brasileiros estavam auxiliando o desenvolvimento de outros países.

Para as potências médias democráticas, como África do Sul, manter acordos mais críveis com seus pares confere robustez à sua imagem no ambiente internacional e legitimidade para demandar e observar cumprimentos de acordos nos espaços multilaterais. O papel de mediador, almejado por essas potências médias, exige credibilidade internacional que, por sua vez, é tributária da credibilidade interna, isto é, do regime político.

Cabo Verde é um *small power*, destituído de recursos minerais, economicamente limitado e com muitas irregularidades pluviométricas, o que não favorece a prática da agricultura. Desse modo, o ambiente internacional se constitui em um espaço por excelência para o país angariar recursos vitais e manter acordos críveis. Destarte, quanto mais instituições democráticas para a realização de compromissos críveis e mais transparência na cooperação, maior a diversificação das parcerias e dos projetos de cooperação

Países autocráticos, como a Nigéria e Angola, não possuem mecanismos de regulação independentes, de modo que os lucros advindos da cooperação se refletem mais no padrão de vida da elite, do que nos serviços e produtos ofertados à população.

Na Nigéria, o governo se apropriou de instituições formais visando o exercício do poder informal, acompanhado de corrupção em grande escala entre os políticos e militares. Em Angola, a dependência dos lucros

do petróleo e de recursos minerais garante maiores ganhos financeiros (SOGGE, 2009). A garantia de reservas de petróleo, combinada com a conta-petróleo e a influência do Presidente sobre as indústrias extrativas têm compensado o risco político que as empresas estrangeiras possam enfrentar nesses países, já que garante antecipadamente o pagamento dos empréstimos e investimentos realizados.

Os governos enfrentam maiores desafios quando os preços do petróleo diminuem no mercado internacional. Para a potência média autocrática, como Nigéria, isso limita o seu raio de influência, uma vez que não conseguirá assumir as responsabilidades financeiras de projetos estratégicos no nível regional e nos países que dependam de sua cooperação. Um *small power* autocrático como Angola enfrenta mais problemas do que a de um *small power* democrático.

### III.2. Regime político, inserção internacional e dimensões da cooperação

A hierarquia entre as dimensões permite alegar que nem todos os países do Sul optam pela cooperação técnica e em áreas básicas em razão do grau de desenvolvimento em que se encontram. Como os *middle powers* já resolveram, de maneira relativa, vários problemas, comparados aos *small powers*, eles almejam a cooperação na sua dimensão mais complexa (científica e tecnológica). Ou optam por cooperar na dimensão política, aspirando à proeminência no nível regional e internacional, por meio de coalizões com outros países.

Não obstante, permanece válida a ideia de que a maioria dos países do Sul Global precisa de cooperação técnica e em áreas básicas ou de outras dimensões da cooperação. Vários desses países enfrentam fragilidade governamental e, como não dispõem de recursos e de suficientes capacidades internas face às adversidades, acionam a cooperação internacional com o objetivo de colmatar os desafios internos, ou de auxiliar na exploração de recursos naturais e minerais domésticos.

A *dimensão política* é vista “como um atributo que reforça laços políticos e sinergias Sul-Sul” (HIRST, 2012, p. 17). Ela “oferece interessantes potencialidades como espaço de concertação de políticas entre países em desenvolvimento” (CAMPOS, 2011, p. 11). Por meio das coalizões e apoios, os países almejam influenciar decisões, estruturas e as relações no sistema internacional, em defesa dos interesses de Estados-membros.

A relação entre Brasil e África do Sul se destaca nesta dimensão, plasmada em articulação bilateral e multilateral que produziu cooperação política, sobretudo nos espaços multilaterais. Exemplo disso é a criação do fórum trilateral IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), que objetiva discutir temas globais, como direitos humanos, comércio, alterações climáticas e mecanismos de auxílio a países do Sul. Além do pertencimento de ambos os países ao agrupamento BRICS.

Segundo seus criadores, a formulação do fórum IBAS é uma resposta a uma ordem internacional desigual e injusta. Nas palavras do Presidente Lula da Silva (2010): “uma ordem incapaz de resolver antigos problemas, como a pobreza extrema e a fome de milhões de seres humanos [...], a degradação ambiental e a insegurança alimentar e energética”.

Vale mencionar, também, o Fundo IBAS para alívio da fome e da pobreza, estabelecido em 2004. O Fundo destina-se aos países menos desenvolvidos, em reconstrução e em situação de pós-conflitos. De acordo com Jacob Zuma, é importante que os três países membros do IBAS “compartilhem expertise sobre os nossos vários programas nacionais”. Em breve, seremos capazes de compartilhar esses programas com as nossas respectivas regiões” (ZUMA, 2010).

A coordenação política do fórum se concentra na Organização Mundial do Comércio, Conselho de Direitos Humanos da ONU, Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual e em propostas a reformas no CSNU. Essas ações coincidem com a ideia de que as potências médias zelam pela criação de regras e instituições multilaterais, contendo demandas dos países do Sul e objetivos de suas políticas externas.

A *cooperação econômica* visa patrocinar a capacidade produtiva do país demandante, ao corrigir a insuficiência estrutural das economias, propiciando a modernização das infraestruturas, estimulando a liberalização do setor de exportação, promovendo o comércio e desenvolvimento de serviços. Visa, também, fomentar a realização do comércio entre países parceiros e articulações para reforçar espaços de negociações econômicas (RENGIFO, 1999; AYLLÓN, 2006). Já a *cooperação financeira* engloba transferências de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, em forma de crédito, doações, ou perdão da dívida externa (RENGIFO, 1999; AYLLÓN, 2006).

A relação do Brasil com a Nigéria enquadra-se nesta dimensão e se assenta em três vertentes principais, mutuamente relacionadas: 1) a ascensão do Brasil ao *status* de potência econômica global coincide com a mesma pretensão nigeriana de reformas nas instituições multilaterais de temáticas econômica e comercial; 2) o Brasil como colaborador no desenvolvimento econômico e social da Nigéria através dos projetos de cooperação técnica; e 3) o Brasil como dependente dos recursos minerais nigerianos, particularmente o petróleo (ALAO, 2011).

A Nigéria possui grandes reservas de petróleo e de gás natural, o que fez dela a principal economia africana e um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. Entre 2003 e 2010, a Nigéria exportou para o Brasil US\$ 34.250.246.991, enquanto importou somente US\$ 8.278.766.246 (MDIC, 2010).

Brasil e Nigéria se aproximam no nível internacional por serem potências médias pelas *capabilities*. Durante a visita oficial do Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua, ao Brasil, em 2009, a agenda e os discursos dos dois Presidentes contemplaram esforços nesse sentido. Na ocasião, os dois Presidentes expressaram a necessidade de alcançar maior representatividade de países em desenvolvimento nos espaços econômicos multilaterais e condenaram o tratamento desigual no comércio entre os países ricos e pobres e o acesso privilegiado das economias do Norte ao mercado internacional. Igualmente, pleitearam reformas nas instituições financeiras internacionais, especialmente em favor do alívio do débito das economias africanas junto ao FMI, nas situações em que os programas de ajustes estruturais não lograram progressos sociais e econômicos (MRE, 2009).

Em relação à dimensão financeira, Angola se destaca. Desde 1975, com o reconhecimento da independência política de Angola, o Brasil tem

realizado grandes investimentos financeiros nesse país. Durante o governo Lula, a maioria dos financiamentos às exportações brasileiras, pós-embarque do BNDES, destinou-se a Angola, totalizando US\$ 1.665.745.564. Salienta-se que a construtora Odebrecht obteve o maior financiamento, US\$ 1.109.679.874 (BNDES, 2016).

A intensificação dos investimentos financeiros brasileiros em Angola se deu em um período de competição entre bancos de vários países (China, França, Portugal, Espanha), que disputavam projetos rentáveis em Angola. O predomínio da cooperação financeira entre Brasil (*middle power*/democracia) e Angola (*small power*/autocracia) hipotetizado por este artigo foi corroborado, porém, o volume de recursos enviado ao país, comparado com os demais, e concentrado em uma única empresa, coloca desafios aos enunciados teóricos mobilizados neste trabalho. Tal questão será retomada adiante.

A *dimensão técnica* refere-se a “um processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, experiências tecnológicas, expertises tecnológicas, que se traduzem em projetos e programas de cooperação” (AYLLÓN, 2012, p. 239).

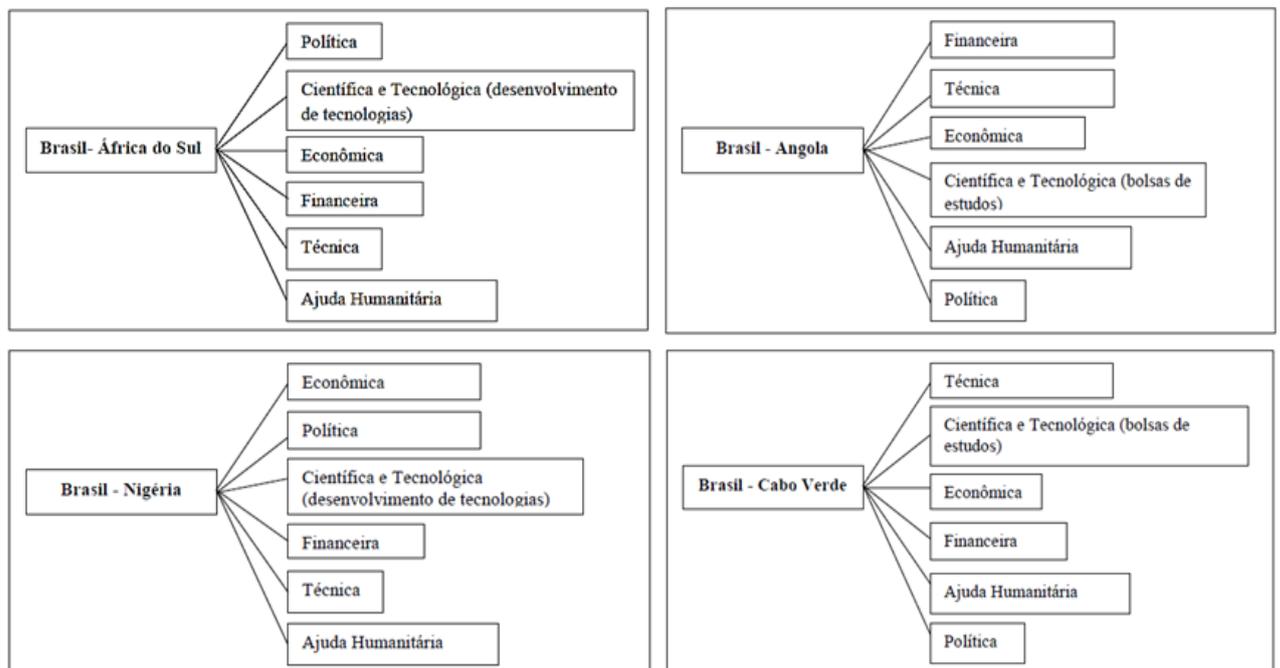
Os governos cabo-verdianos têm apostado no desenvolvimento do capital humano em parceria com o Brasil. Cabo Verde é o país africano com maior número de participantes no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e em outros projetos (IPEA; ABC, 2010).

Na área de formação técnica e profissional, destaca-se o projeto Fortalecimento e a Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde fase I, II, 2008-2010. O projeto, em todas as suas fases, contribuiu para o ingresso de jovens no mercado formal de trabalho e para a instalação de um centro técnico e profissional no país (IPEA; ABC, 2010).

Na área da saúde destacam-se os seguintes programas: Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em Cabo Verde (2008-2011), Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária em Cabo Verde (2008-2012), Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde em Cabo Verde (2008-2011) (IPEA; ABC, 2010).

Na área de habitação, vale mencionar o Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde (2010-2011). Esse projeto foi inspirado no “Minha Casa, Minha Vida”. O projeto cabo-verdiano pretendia reduzir o déficit quantitativo e qualitativo das habitações (IPEA; ABC, 2010).

Quadro 2 - hierarquia das dimensões cooperativas Brasil - Países Africanos (2003-2010)



Fonte: Matos, 2017

### III. 3. Regimes políticos, inserção internacional e articulações cooperativas

As articulações entre Brasil e África do Sul, ambos *middle power* e democracia, resultaram em intensa cooperação, abrangendo dimensões complexas, como ciência e tecnologia, caracterizando-se como um tipo de coalizão que abarca diversidade e complexidade temática. Os dois países apresentam capacidades para forjar novos espaços de cooperação, juntamente com a Índia, no fórum IBAS, e demais articulações para influenciar o exercício de poder no sistema internacional e regional.

Com a Nigéria, o desafio é criar arranjos cooperativos que possam servir de referência para os demais países do Sul em termos democráticos. Maiores ganhos das coalizões entre Nigéria e Brasil se concentram em espaços organizados para contestar a ordem internacional, com pouca preocupação com o regime político dos países membros e tendo as capacidades econômicas como condições relevantes para afetar as negociações, de modo que a coalizão é tematicamente limitada.

Os *small powers* (Angola e Cabo Verde) possuem menos capacidades para criar bilateralmente espaços de articulação com o Brasil, que possam impactar o nível sistêmico ou regional. Eles fazem parte de um grupo multilateral heterogêneo (G77), que inclui grandes economias, como as atuais potências médias e as economias africanas, ou então, se aproximam em comunidades em que o idioma seja o ponto de combinação entre si, como retrata o caso da CPLP, mas subaproveitado pelos Estados-membros.

Em consonância às articulações políticas, importa também verificar a frequência da cooperação a partir do efeito do regime político nos acordos cooperativos. O quadro 4 apresenta o número de acordos, incluindo todas as dimensões da cooperação, firmados entre o Brasil e os quatro países africanos estudados no período de 2003 a 2010. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Atos Internacionais da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Quadro 3 - Tipos de articulação cooperativa entre o Brasil e os países africanos selecionados

Países	Categorias	Níveis da articulação política		
		Criação de arranjos	Presença multilateral	TIPOS
África do Sul	Middle power, democracia	MERCOSUL-SACU MERCOSUL-SADC	IBAS, BRICS, G20, G24, G77, ZOPACAS, OMC	Coalizão (bloc type)
Nigéria	Middle power Autocracia		G24, G77, ZOPACAS	Coalizão (issue-based)
Cabo Verde	Small power democracia		G77, ZOPACAS, CPLP	Apoio
Angola	Small power Autocracia		G77, ZOPACAS, CPLP	Apoio

Fonte: Matos, 2017

Os países democráticos (África do Sul e Cabo Verde) cumpriram a maioria dos acordos celebrados com o Brasil. No caso da África do Sul, sua posição de middle power favorece a celebração de acordos mais complexos (bloc-type). Nigéria, outro middle power, ressent-se de seu regime político autocrático, que dificulta a diversificação de temas de cooperação. Portanto, não obstante o grande volume de cooperação comercial, o tipo de articulação cooperativa caracteriza-se como issue-based.

Angola é um caso à parte. O número de acordos vigentes (31) é o maior, considerados todos os países analisados, o que contraria a literatura, que supõe maior propensão a cooperar nas diádes democráticas (Leeds, 1999). Ademais, embora a predominância da cooperação se dê na dimensão esperada, a financeira, vale ressaltar que o volume de recursos financeiros aportado pelo Brasil para Angola expressa desafios analíticos de monta, considerando-se ser o país um *small power* e uma autocracia.

A literatura sugere que governos democráticos sejam mais atraentes para investimentos financeiros do que países autocráticos, conferindo maior segurança aos investidores (BUCHANAN et al. 2012). Angola, uma autocracia, não consegue apresentar instituições políticas capazes de garantir a segurança dos investimentos. Diante disso, o que pode explicar o alto volume de linhas de crédito para Angola?

Uma das explicações pode ser baseada na abundância de reservas de petróleo que permite ao país apresentar uma garantia aos investimentos e empréstimos realizados, por meio da “conta-petróleo”, advinda da Sonangol, a principal companhia de petróleo do país, que é controlada diretamente pelo Presidente (SCHUBERT, 2013). Com o Brasil, o governo angolano possui um saldo em conta corrente no Banco do Brasil, indexado a preço de barris petróleo/dia e em contrapartida, o Brasil atua na melhoria de infraestruturas de exportações do país.

Essa contrapartida aponta diretamente para a forte presença de empresas da construção civil, especialmente a Construtora Odebrecht que construiu uma “engenharia política” com ligação ao núcleo de poder tanto em Angola quanto no Brasil. Houve uma relação de interesse entre empresas e governo: as principais empresas que receberam recursos do BNDES, dentre elas as construtoras, foram as que mais “fizeram doações para a campanha eleitoral de reeleição do então Presidente [Lula]” (VALDEZ, 2011, p. 8). Portanto, ademais das garantias advindas da conta-petróleo, pode-se aventar a hipótese da interveniência da variável corrupção, decorrente dos padrões de interação existentes entre o público e o privado, em ambos os países.

A relação dos projetos de infraestrutura com os projetos técnicos brasileiros na África, destacadamente em Angola, ainda é obscura e sem transparência. Os dados são escassos e não elucidam a ligação das relações entre os agentes públicos e privados, inclusive pelo fato de as ações governamentais coexistirem com investimentos privados (GARCIA et al. 2012).

Há falta de transparência na condução do processo licitatório, visto que as propostas não são disponibilizadas ao público. Os prazos entre a publicação dos Editais e o encerramento das inscrições são curtos. Nesse sentido, empresas que dispõem de informações privilegiadas apresentam maior probabilidade de vencer os editais, pois são empresas que se encontram próximas às estruturas governamentais (MDIC, 2009).

A Odebrecht desenvolveu “relações diretas e sólidas com o governo angolano e políticos locais” (GARCIA et al. 2012, p. 23). De acordo com as entrevistas realizadas por Garcia et al (2012) com autoridades locais, “há ausência de transparência no processo licitatório de infraestrutura no país e nos contratos públicos”. Há obras que são feitas e refeitas várias vezes. “A pedido do próprio governo, elas [as construtoras] sobrecarregam o orçamento com coisas que não estavam previstas, aumentam o orçamento para facilitar o pagamento de comissões” (GARCIA et al. 2012).

Quadro 4 - Número e situação dos acordos entre Brasil e países africanos<sup>4</sup>

Países	Números de Acordos (2010)	Situação (2010)		
		Vigente	Não Vigente	Em tramitação
África do Sul	10	9	1	0
Cabo Verde	28	26	2	0
Nigéria	15	8	0	7
Angola	44	31	4	9

Fonte: Brasil, 2016

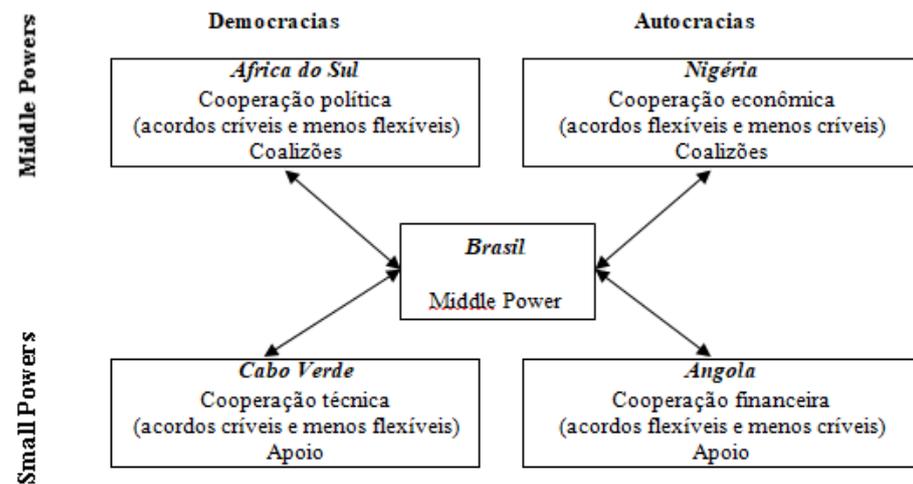
4. Foram considerados os memorandos de entendimentos, os programas executivos e os ajustes complementares celebrados entre Brasil e esses países durante a gestão do governo Lula.

Os *small powers* constituem parceiros estratégicos, em termos de votos, nos espaços multilaterais para as ações e interesses da política externa dos *middle powers*. Durante a visita ao Brasil, em 2005, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, reiterou o apoio de seu país à pretensão brasileira em disputar o assento permanente no CSNU. Cabo Verde fez o mesmo gesto, como forma de demonstrar o anseio da política externa do país em prol da democratização de espaços multilaterais e for-

talecimento da paz internacional. Nesse mesmo ano, o Presidente Pedro Pires mostrou satisfação em ter o Brasil como um parceiro influente nos principais fóruns multinacionais.

O apoio dos países africanos, na verdade, foi fundamental para a eleição de José Graziano, em 2011, como Diretor-geral da FAO. Vale lembrar que, antes, os países africanos aceitaram implementar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Brasil, o que contribuiu para a maior visibilidade do programa, suscitando sua designação como o novo modelo da FAO. O Brasil contou, igualmente, com os votos dos países africanos para a eleição de Roberto Azevêdo, como Diretor-geral da OMC, para a gestão de 2013 a 2017. Para Lula, o apoio dos países africanos foi determinante: “O Brasil ganhou a FAO [...] por conta da África, ganhou a OMC (ROSSI, p. 2015, p. 30).

Figura 2 - Resultados do estudo



Fonte: Matos, 2017

O continente africano, na sua complexidade, constituiu um espaço por excelência às pretensões da política externa brasileira durante o governo Lula. Naquele continente, o Brasil encontrou *middle powers* e *small powers*, com regimes políticos diferentes (democracias e autocracias), permitindo ao país dinamizar diversos padrões de cooperação e explorando as potencialidades que cada uma das configurações ofereceu ao desenvolvimento nacional e aos objetivos da política externa.

### Considerações Finais

Este trabalho se concentrou na análise dos efeitos combinados das variáveis operantes no nível internacional (*middle* e *small power*) e no nível doméstico, (regime político: democracia e autocracia) da África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde, sobre os padrões da cooperação mantida com o Brasil, durante o governo Lula (2003-2010).

A primeira tarefa se concentrou em selecionar esses países pelas variáveis independentes e caracterizá-los nos dois níveis. Assim, a África do Sul e a Nigéria foram consideradas potências médias pelas *capabilities* de

que dispõem. Ademais, a África do Sul se destacou como *middle power* pela variável comportamento, informada pelo regime político democrático.

Cabo Verde e Angola foram classificados, no nível sistêmico, como *small powers*. Em Cabo Verde, a inserção internacional se dá mais pela variável comportamento, informada também pelo seu regime político democrático. Angola, por sua vez, abundante em recursos minerais, ascende ao sistema internacional via mobilização desses recursos.

As hipóteses formuladas neste artigo testaram a variação nos padrões de cooperação entre os países, considerados os seguintes aspectos: propensão a cooperar; dimensões da cooperação e tipos de articulação cooperativa. África do Sul e Cabo Verde, como esperado, demonstraram maior propensão a cooperar com o Brasil, de forma mais crível e menos flexível. Nigéria também se comportou como hipotetizado, cooperando de forma mais flexível e menos crível. Angola é o ponto fora da curva: foi o país, dentre os investigados, que apresentou o maior número de acordos em vigência com o Brasil e, além disso, obteve um montante de recursos destoante de sua caracterização como um *small power* e uma autocracia.

Relativamente à dimensão de cooperação predominante, todos os países se comportaram de acordo com as hipóteses deste trabalho: Brasil-África do Sul (dimensão política), Brasil-Nigéria (dimensão econômica), Brasil-Cabo Verde (dimensão técnica) e Brasil-Angola (dimensão financeira).

No que se refere aos tipos de articulações cooperativas, as hipóteses deste trabalho foram corroboradas. Entre as potências médias (Brasil-África do Sul/Brasil-Nigéria), identificou-se a criação de arranjos cooperativos e maiores articulações, com algumas reverberações para demandar reformas e participação na ordem internacional e com variações nos tipos de coalizão (*bloc type* ou *issue based*) decorrentes dos regimes políticos em presença. Entre potência média (Brasil) e *small powers* (Cabo Verde e Angola), predominou o apoio, vital para o Brasil pleitear e ocupar cargos multilaterais significativos (FAO, OMC) e, ademais, importante para a promoção do desenvolvimento de Cabo Verde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAO, Abiodun. Nigeria and the BRICs: diplomatic, trade, cultural and military relations. **South African Institute of International Affairs (SAIIA)**, occasional paper, n.º 101, China in Africa project, 2011, p. 1-33.
- AYLLÓN, Bruno Pino. Contribuciones de Brasil al desarrollo internacional: coaliciones emergentes y cooperación Sur-Sur. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, n.º 97-98, 2012, 189-204.
- AYLLÓN, Bruno Pino. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas relações internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol. 5, n. 8, 2006, p. 5-24.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES. **Desemboolso anual na modalidade pós-embarque por destino das exportações**. 2016
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores/Divisão de Atos Internacionais. **Atos Bilaterais**. Brasília: Mre, 2016.
- BROWN, Grace Malachi. Nigerian political system: an analysis. **International Journal of Humanities and Social Science**, vol. 3, n.º 10 (Special Issue), 2013, p. 172-179.
- BUCHANAN, Bonnie G.; QUAN, V. Le. RISHI, Meenakshi. Foreign direct investment and institutional quality: some empirical evidence. **International Review of Financial Analysis**, 21, 2012, 81-89.

- BURGES, Sean W. Brazil as a bridge between old and new powers? *International Affairs*, 89: 3, 2013, p. 577–594.
- CABO VERDE. *As grandes opções do plano: uma agenda estratégica*. Praia: Conselho de Ministros, 2001.
- CAMPOS, Guillermo Santander. La cooperación Sur-Sur: una aproximación introductoria. In CAMPOS, Guillermo Santander (Coord.). *Nuevos donantes y Cooperación Sur-Sur: estudios de caso*. Madrid: Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2011.
- CARR, Andrew. Gravitating towards cooperation: middle powers and the structure of the international system. *Strategic and Defence Studies Centre*, Australian National University, 2013.
- COOPER, Andrew F; MO, Jongryn. Middle power leadership and the evolution of the G20. *Global Summitry Journal*, vol. 1, art.5, 2013.
- COSTA, Suzano; PINTO, Jorge Nobre. A política externa cabo-verdiana num mundo multipolar: entre a ambivalência e a prática e a retórica discursiva? In: DELGADO, José Pina; VARELA, Odair Barros; COSTA, Suzano (Orgs.). *As relações externas de Cabo Verde (re)leituras contemporâneas*. Praia: Editora ISCJS, 2014, 164-228.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DARBON, D. South Africa: a power only in the eyes of others? In JAFFRELOT, Christophe. (Ed.). *Emerging States: the wellspring of a new world order*. New York: Columbia University Press, 2009.
- FIALHO, Djalita. Cabo Verde e a génese da categoria dos Países Menos Avançados (PMA). In: DELGADO, José Pina; VARELA, Odair Barros; COSTA, Suzano (Orgs.). *As relações externas de Cabo Verde (re)leituras contemporâneas*. Praia: Editora ISCJS, 2014, 292-319.
- FLEMES, Daniel; SARAIVA, Miriam Gomes. Potências emergentes na ordem de redes: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57 (2), 2014, p. 214-232.
- GARCIA, Ana Saggioro; KATO, Karina; FONTES, Camila. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)*, 2012.
- HILL, Christopher. *The changing politics of foreign policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HIRST, Mônica. *Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné-Bissau*, 2012, (texto para discussão).
- HURRELL, Andrew; SENGUPTA, Sandeep. Emerging powers, North–South relations and global climate politics. *International Affairs*, 88: 3, 2012, 463-484.
- IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005*. Brasília FUNAG, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO-ABC. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009*. Brasília: Ipea/Abc, 2010.
- ISMAIL, Faizel. *Reflections on a new democratic South Africa's role in the multilateral trading system*. *Global Policy*, vol. 3, issue 3, 2012.
- KEOHANE, Robert. O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University, 1984.
- LEEDS, Brett Ashley. *Domestic political institutions, credible commitments, and international cooperation*. *American Journal of Political Science*, vol. 43, n°. 4 (1999): 979-1002.
- LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. *Observador On-line*, vol. 7, n° 03, 2012, p. 1-41.
- LEITE, Iara Costa; POMEROY, Melissa; SUYAMA, Bianca. Brazilian South-South development cooperation: the case of the ministry of social development in Africa. *Journal of International Development*, 27, 2015, p. 1446–1461.
- MATOS, Pedro Andrade. “Nunca Antes na História Deste País”. *A Cooperação Brasileira (2003-2010) com África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- MAWDSLEY, Emma. *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books. 2012.

- MILNER, Helen. International theories of cooperation among nations: strengths and weakness. **World Politics**, vol.44, n° 3, 1992, p. 466-496.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES-MRE. Comunicado conjunto da visita ao Brasil do Presidente da Nigéria Umaru Yar'Adua-Brasília, 29 jul. 2009. In: **Resenha de política exterior do Brasil**, n° 105, 2° semestre de 2009.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC. **Oportunidades de Negócios em Serviços Brasil e Angola**, 2009.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC. **Balança países**: 2010.
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, vol. 42, n° 3, 1988, p.427-460.
- RENGIFO, Alvaro Abbad. Dimensión económica de la cooperación internacional al desarrollo. **Revista de Información Comercial Española**, n° 778, 1999, p. 81-101.
- ROQUE, Paula Cristina. Angola's crucial foreign policy drive. **German Institute for International and Security Affairs, SWP Comments**, 15, 2013, p. 1-8.
- ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUBERT, Jon. "Democratização" e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. **Relações Internacionais**, 37, 2013, p. 79-98.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura da Sessão Plenária da 4ª Cúpula do Ibas**. 2010. Disponível em: <[http://www.ibsa-trilateral.org/images/stories/President%20Brazil%20Speech\\_4.pdf](http://www.ibsa-trilateral.org/images/stories/President%20Brazil%20Speech_4.pdf)>. Acesso em 20 Fev. 2021
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma**. Brasília: Palácio Itamaraty, 2009.
- SIMMONS, Beth A. Compliance with international agreements. **Annual Review Political Science**, 1 (1998): 75-93.
- SOGGE, David. Angola: "Estado fracassado" bem-sucedido working paper, 81. **Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior**, 2009.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **A guide to UNCTAD technical cooperation**. New York: United Nations, 2010.
- VALDEZ, Robson Coelho Cordoch. A atuação do BNDES como agente indutor da inserção comercial do Brasil no governo Lula. In **Anais, III Encontro Nacional ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais**, São Paulo: USP, 20-22 de julho de 2011.
- WORLD BANK. (2016). Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em 20 Fev.2021.
- ZIMMERMANN, Felix e Smith, Kimberly. More actors, more money, more ideas for international development cooperation. **Journal of International Development**, 23 (2011): 722–738.
- ZUMA, Jacob. **Opening statement by president J.G. Zuma to the 4th IBSA Summit**. Brasília, 2010.